

TRIBUNAL DE CONTAS DO ESTADO DE SANTA CATARINA SECRETARIA GERAL – SEG

Processo n.: @REC 19/01002494

Assunto: Recurso de Reconsideração interporto contra o Acórdão n. 0493/2019, exarado no Processo n.

@TCE-14/00537000

Interessada: Tânia Maria Eberhardt

Procuradora: Janine Silveira dos Santos Siqueira **Unidade Gestora:** Secretaria de Estado da Saúde

Unidade Técnica: DRR Acórdão n.: 697/2020

ACORDAM os Conselheiros do Tribunal de Contas do Estado de Santa Catarina, reunidos em Sessão Plenária, diante das razões apresentadas pelo Relator e com fulcro nos arts. 59 da Constituição Estadual e 1º da Lei Complementar (estadual) n. 202/2000, em:

- 1. Conhecer do Recurso de Reconsideração interposto com fundamento no art. 77 da Lei Complementar (estadual) n. 202/2000, em face do Acórdão n. 0493/2019, proferido na Sessão Ordinária de 18/09/2019, no Processo n. @TCE-14/00537000, e dar-lhe provimento para declarar de ofício a incidência de prescrição prevista no art. 24-A da Lei Complementar (estadual) n. 202/2000, extinguindo-se o processo sem julgamento de mérito, com baixa da responsabilidade da Recorrente.
- 2. Determinar o encaminhamento dos autos ao Corregedor-Geral deste Tribunal, após o trânsito em julgado.
- 3. Manter na íntegra os demais termos da deliberação recorrida que não foram objeto do recurso proposto.
- 4. Dar ciência deste Acórdão à Recorrente, à procuradora constituída nos autos e à Secretaria de Estado da Saúde.

Ata n.: 37/2020

Data da sessão n.: 02/12/2020 - Ordinária - Virtual

Especificação do quórum: Adircélio de Moraes Ferreira Júnior, Herneus De Nadal, Wilson Rogério Wan-Dall, Luiz Roberto Herbst, Cesar Filomeno Fontes, Luiz Eduardo Cherem e José Nei Alberton Ascari

Representante do Ministério Público de Contas/SC: Cibelly Farias

Conselheiros-Substitutos presentes: Gerson dos Santos Sicca, Cleber Muniz Gavi e Sabrina Nunes Iocken

ADIRCÉLIO DE MORAES FERREIRA JÚNIOR Presidente CESAR FILOMENO FONTES Relator

Fui presente: CIBELLY FARIAS Procuradora-Geral do Ministério Público de Contas/SC

Processo n.: @REC 19/01002494 Acórdão n.: 697/2020 1